



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL  
RELATÓRIO DE DESEMPENHO**

**ANO-BASE 2017**



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES**  
Presidente

**DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME COUTO**  
Vice-Presidente

**DESEMBARGADORA FEDERAL NIZETE LOBATO CARMO**  
Corregedora Regional

**COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRF2**

**I - Assessoria de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Monitoramento:**

Titular: Luiz Felipe Fernandes

Suplente: Aldenir Acimen de Moraes

**II - Secretaria de Atividades Administrativas:**

Titular: Andréia Álvares de Azevedo Oliveira

Suplente: Rosanir Ribeiro de Azevedo

**III - Secretaria de Infraestrutura e Logística:**

Titular: Carlos Adalberto Palla

Suplente: Isaac Leonardo Carriço

**IV - Secretaria de Tecnologia da Informação:**

Titular: Flávio Moura Santos

Suplente: Carlos Alberto Caldas da Silva

**V - Divisão de Educação Corporativa:**

Titular: Renata Quintanilha Antunes dos Santos

Suplente: Claudia Lúcia de Oliveira Pereira Pinto

**VI - Divisão de Atenção à Saúde:**

Titular: Filipe Soeiro Teixeira

Suplente: Tatiana Kowarski Larcher do Couto

**VII - Seção de Planejamento Estratégico:**

Titular: Carlos Eduardo Guimarães Martellet

Suplente: Hebert Eduardo de Goes Garcia

**VIII - Seção de Gestão Socioambiental:**

Titular: Edson Mouta Vasconcelos

Suplente: José Carlos Garcia Bueno Júnior



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## **Sumário**

Apresentação

Metodologia

Gráficos Comparativos da Gestão Socioambiental

Energia Elétrica

Água e Esgoto

Copos descartáveis 200 ml

Copos descartáveis 50 ml

Água Galão 20 litros

Ações de Qualidade de Vida

Participação em Ações Solidárias

Participação em Ações de Sensibilização e Capacitação

Consumo de Gasolina

Consumo de Etanol

Consumo de Diesel

Reciclagem de Papel

Reciclagem de Plástico

Destinação de Resíduos de Obras e Reformas

Quantidade de Equipamentos de Impressão

Destinação de Pilhas e Baterias

Gastos com Reforma

Gastos com Contrato de Limpeza

Gastos com Material de Limpeza

Gastos com Contrato de Vigilância Armada

Quantidade de Postos de Vigilância Armada

Quantidade de Veículos a Gasolina

Quantidade de Veículos Flex



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Quantidade de Veículos a Diesel

Quantidade de Veículos de Serviço

Usuários por Veículo de Magistrado

Gastos com Manutenção de Veículo

Tabela de Monitoramento dos Planos de Ação

Gráfico de Implementação do PLS em 2017

Conclusão

## **Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – 2017**

### **Apresentação**

O Plano de Logística do Sustentável (PLS/TRF2) é um instrumento vinculado ao Plano Estratégico do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, onde se encontram definidos objetivos, indicadores, metas e prazos de execução, mecanismo de monitoramento e avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência no gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

A elaboração do Plano de Logística Sustentável teve como documento norteador, o conjunto de conceitos elencados pelo Conselho Nacional de Justiça, contidos da Resolução nº 201, de 3 de março de 2015.

Neste documento são apresentados os indicadores medidos pelo Sistema do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e de como as iniciativas desenvolvidas corroboraram as práticas de sustentabilidade, racionalização dos custos e consumo consciente.

O PLSTRF2 é composto por 15 variáveis e 36 iniciativas, com metas de curto, médio e longo prazos, que consideram o lapso temporal de 2017 a 2020. Seu resultado é objeto de avaliação por parte da Comissão Gestora do PLS, a qual poderá propor adições, supressões ou modificações que entender necessárias, com vista ao aperfeiçoamento e atingimento dos resultados almejados.

Necessário se faz esclarecer que o Relatório de Desempenho do PLS/TRF2, ora apresentado, refere-se tão somente às ações implementadas no exercício de 2017, não obstante o TRF2 já vir realizando o monitoramento de seus gastos e consumo em anos anteriores, o que permite fazer um quadro comparativo entre os anos 2017 e 2016.

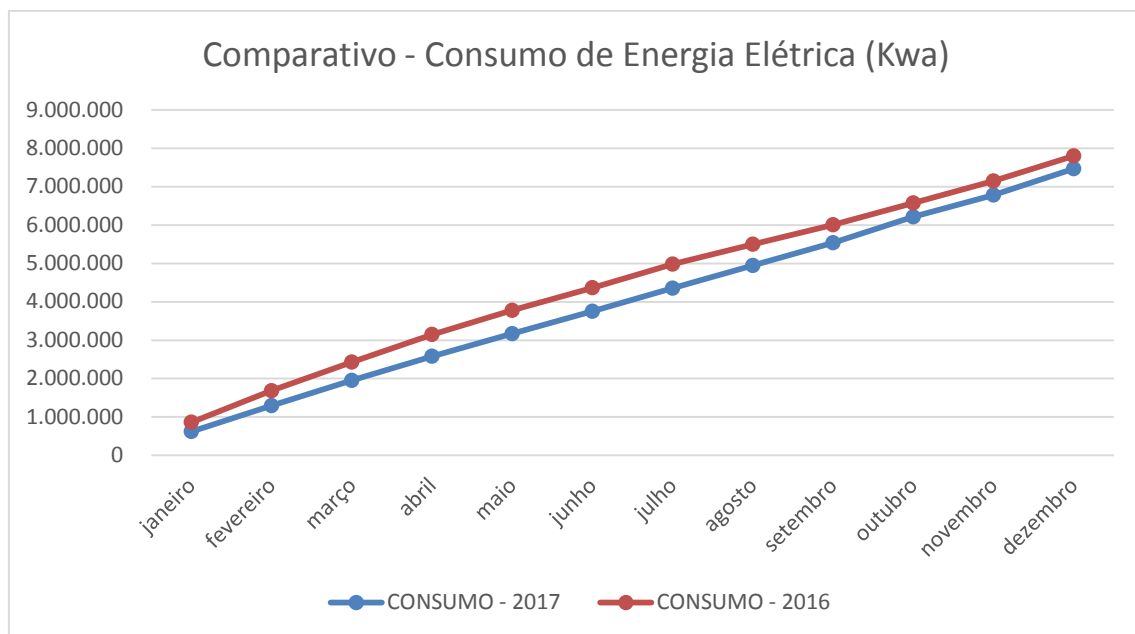


## Metodologia

A medição da evolução da implementação percentual do PLS/TRF2 é estabelecida por meio de uma valoração (peso) atribuída a cada ação executada a partir da Matriz de Análise das Iniciativas, onde são analisados os critérios de duração da Iniciativa, aderência aos objetivos básicos do PLS, abrangência da área impactada, redução de custos, além da relevância dentro do contexto da sustentabilidade .

## Gráficos comparativos da Gestão Socioambiental

### Energia Elétrica



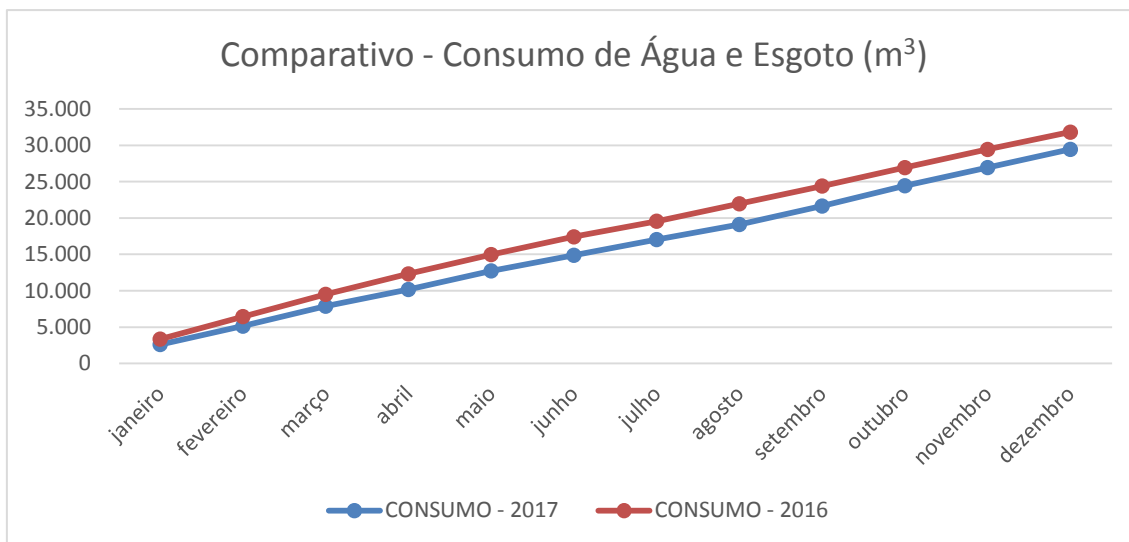
**Resultado:** Redução de 4,27% em 2017, comparado ao ano de 2016.

A busca de maior eficiência energética, aliada a práticas de consumo consciente, tais como a padronização da iluminação por m<sup>2</sup>, o desligamento de lâmpadas em áreas onde não requeiram iluminação permanente, levaram a uma redução do consumo na ordem de 4,27% em 2017, comparativamente ao exercício de 2016.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

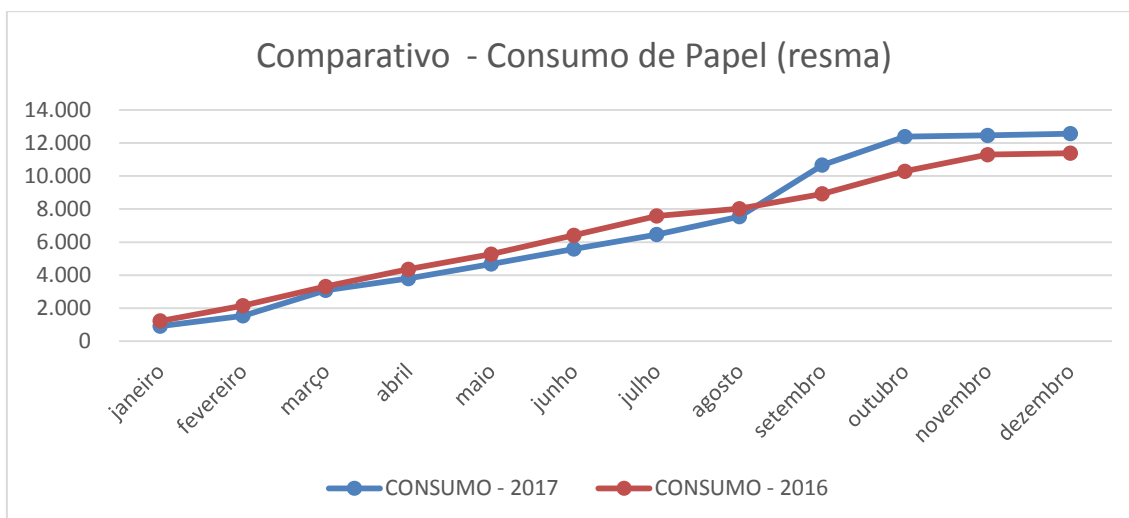
## Água e Esgoto



**Resultado:** Redução de 7,43% em 2017, comparado ao ano de 2016.

O monitoramento com maior regularidade das instalações hidráulicas, a substituição das torneiras de banheiros e copas por outras com temporizadores, instalação de descargas e válvulas com redutores de pressão, além do uso consciente, contribuiu para a redução de 7,43% em 2017, comparativamente ao ano de 2016.

## Papel



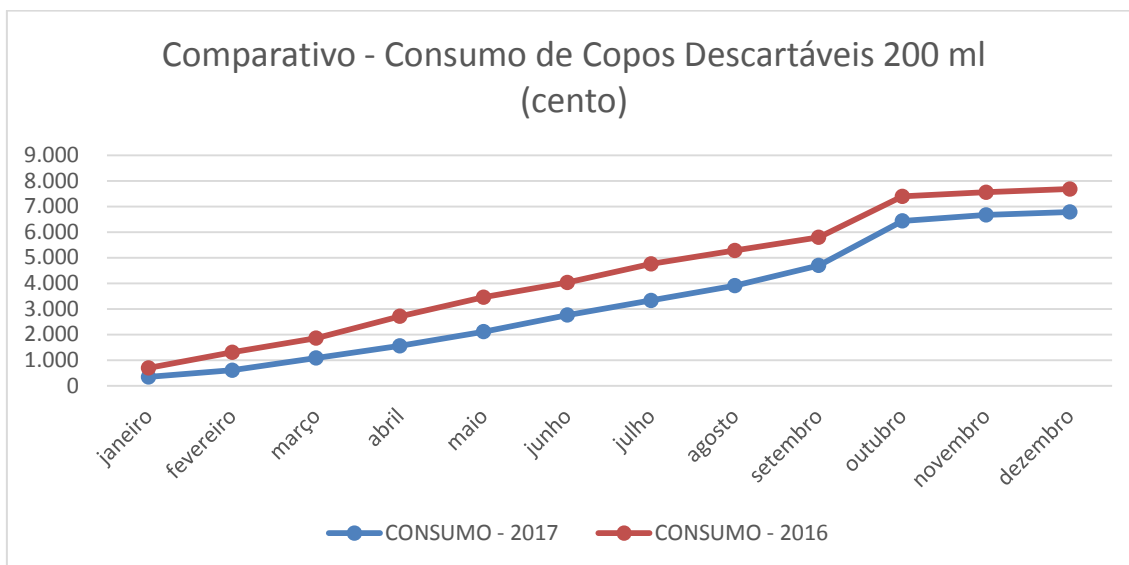


JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**Resultado:** Aumento de 10,39% em 2017, comparado ao ano de 2016.

No que se refere ao consumo de papel, foi implementado no ano de 2017 uma mudança no padrão das impressões de cópia para que este passasse a ser frente e verso em todas as Unidades Administrativa do Tribunal. Não obstante a isso, o resultado apresentado demonstra o aumento do consumo de papel no ano de 2017, comparativamente ao de 2016, fato este que requer a identificação das causas e das unidades que tiveram aumentado seu consumo, bem como uma alteração do PLS com a inclusão, em 2018, de um conjunto de novas iniciativas visando à redução do uso do papel nas atividades rotineiras do TRF2.

### Copos Descartáveis 200 ml



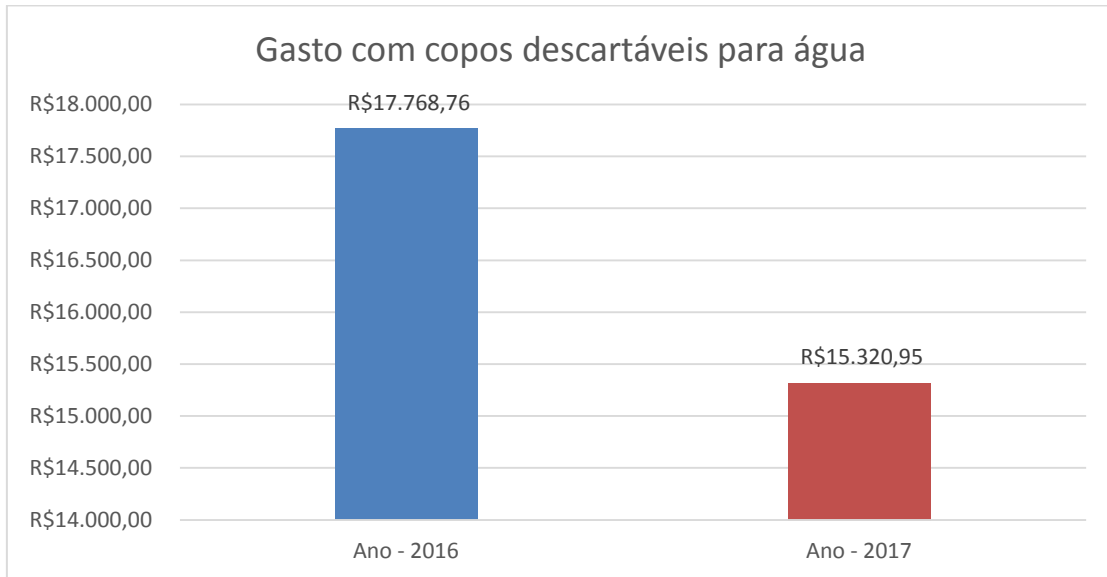
**Resultado:** Redução de 11,63% em 2017, comparado ao ano de 2016.

A promoção de campanhas pelo uso racional do copo plástico descartável, a substituição espontânea de copos plásticos por canecas ou copos de uso permanente, a restrição ao uso no âmbito de uma unidade administrativa (projeto piloto), contribuíram para a redução de 11,63% apresentada no exercício de 2017, em comparação ao de 2016.





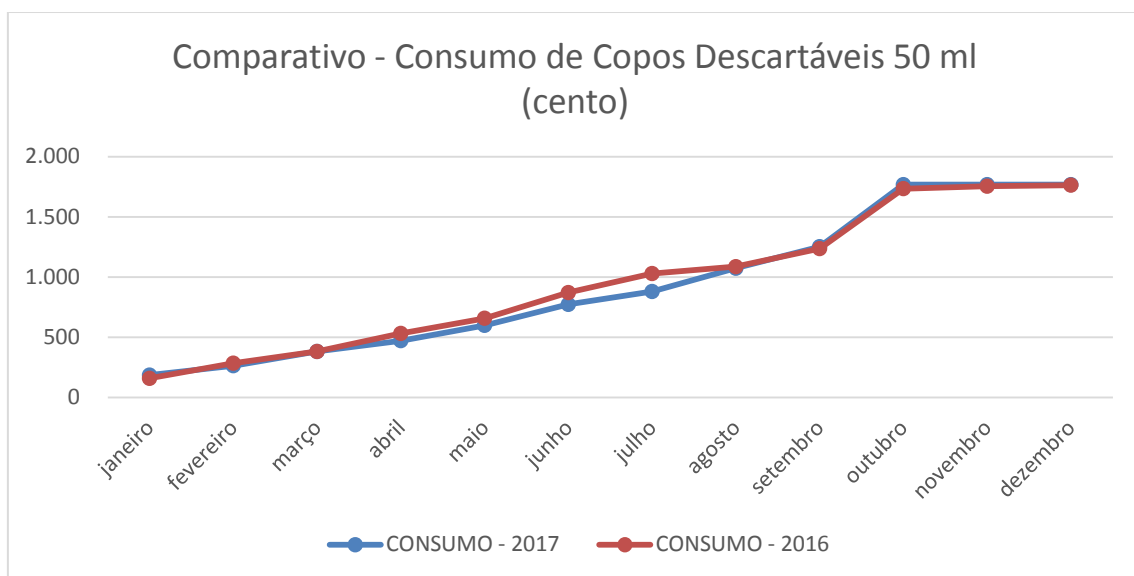
## Gasto com Copos Descartáveis 200 ml



**Resultado:** Redução de 13% em 2017, comparado ao ano de 2016

A redução no consumo de copos plásticos descartáveis implicou uma economia na ordem de 13% em relação à despesa com o referido insumo.

## Copos Descartáveis 50 ml



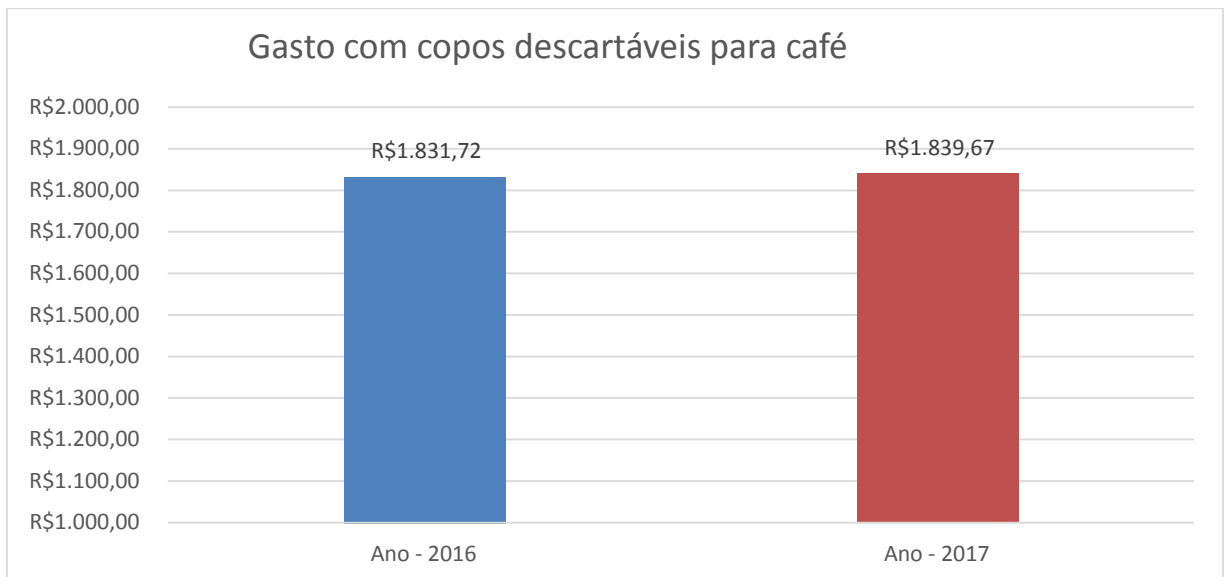
**Resultado:** Aumento de 0,23% em 2017, comparado ao ano de 2016.



O consumo de copos plásticos descartáveis de 50 ml teve um leve aumento de 0,23%, pois ao contrário dos copos descartáveis para água, ainda é enfrentada uma resistência do corpo funcional em reutilizar os descartáveis destinados ao uso para consumo de café. Serão intensificadas, em 2018, campanhas de conscientização visando à redução do consumo.

### **Gastos com Copos Descartáveis 50 ml**

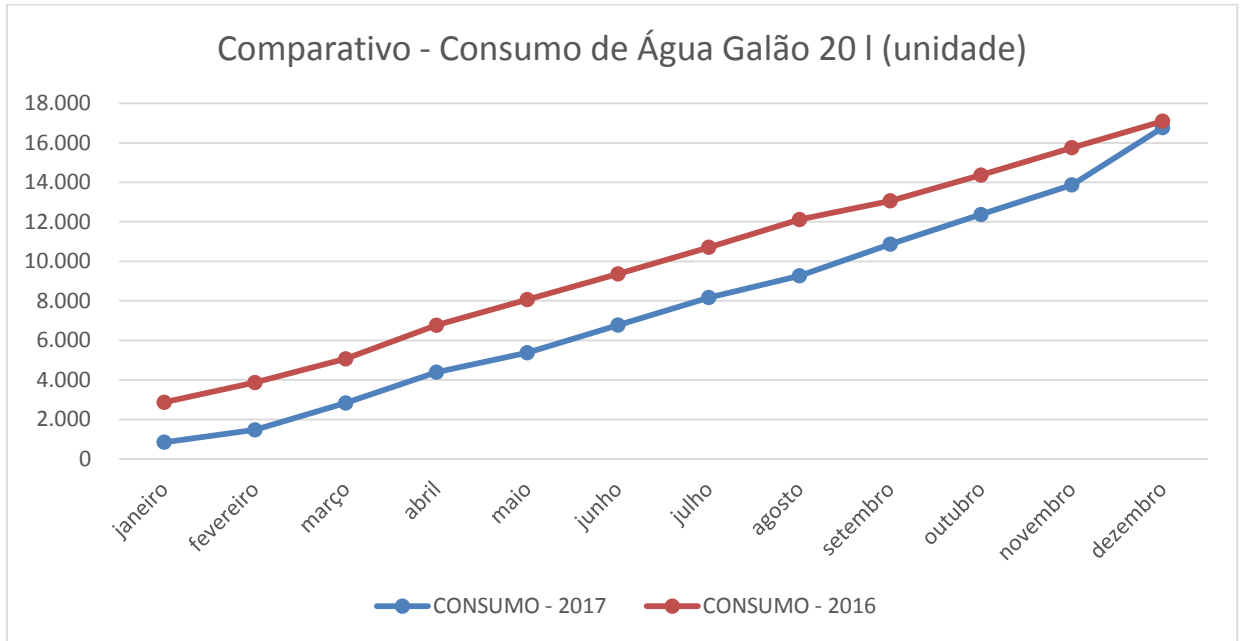
---



**Resultado:** Aumento de 0,43% em 2017, comparado ao ano de 2016.

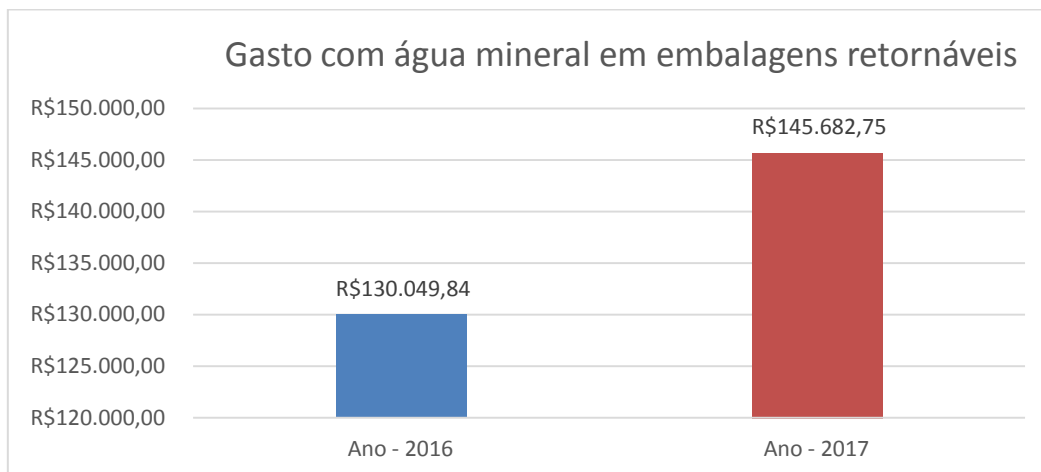


## Consumo de Água Galão 20 litros



**Resultado:** Redução de 1,92% em 2017, comparado ao ano de 2016.

## Gasto com Água Galão 20 litros



**Resultado:** Aumento de 12% em 2017, comparado ao ano de 2016.

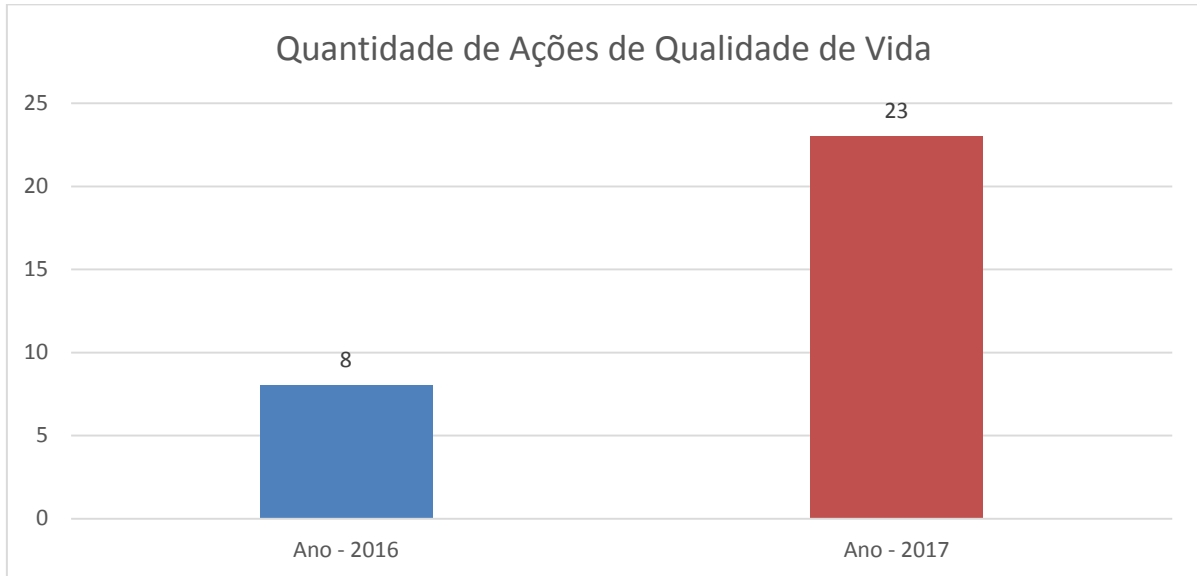
Embora tenha havido uma redução no consumo de água mineral, o aumento significativo do preço do galão acarretou o aumento da despesa no ano de 2017, comparativamente ao de 2016.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## Ações de Qualidade de Vida

---



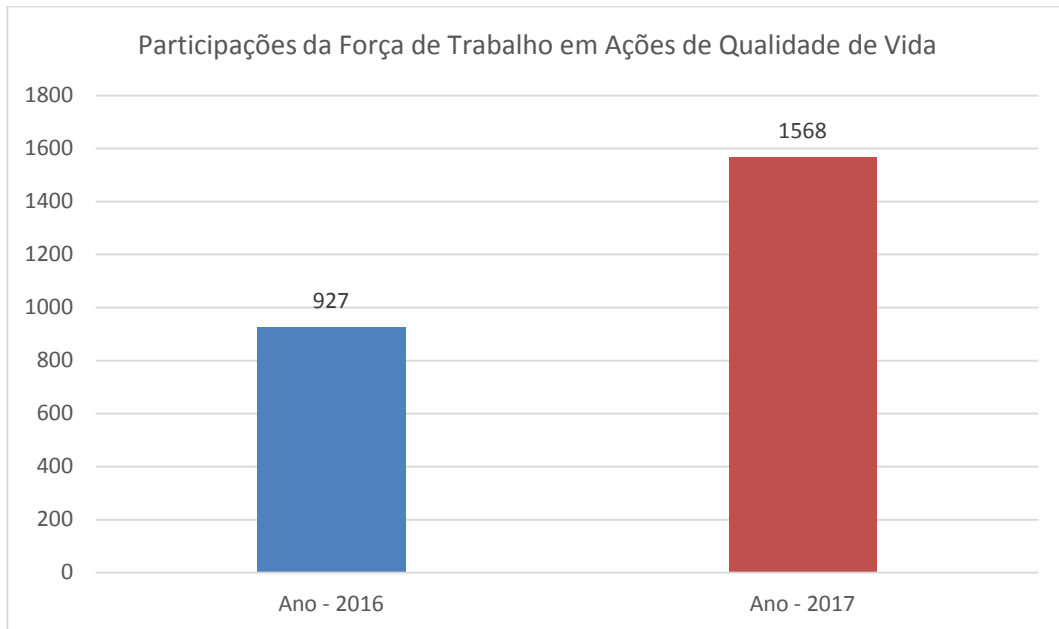
**Resultado:** Aumento de 187% em 2017, comparado ao ano de 2016.

Conforme se verifica da leitura da tabela acima, houve um acréscimo significativo das ações de qualidade de vida, em 2017 comparativamente a 2016, como fruto do incremento de boas práticas de gestão sustentável na instituição.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## Participações da Força de Trabalho em Ações de Qualidade de Vida



**Resultado:** Aumento de 69% em 2017, comparado ao ano de 2016.

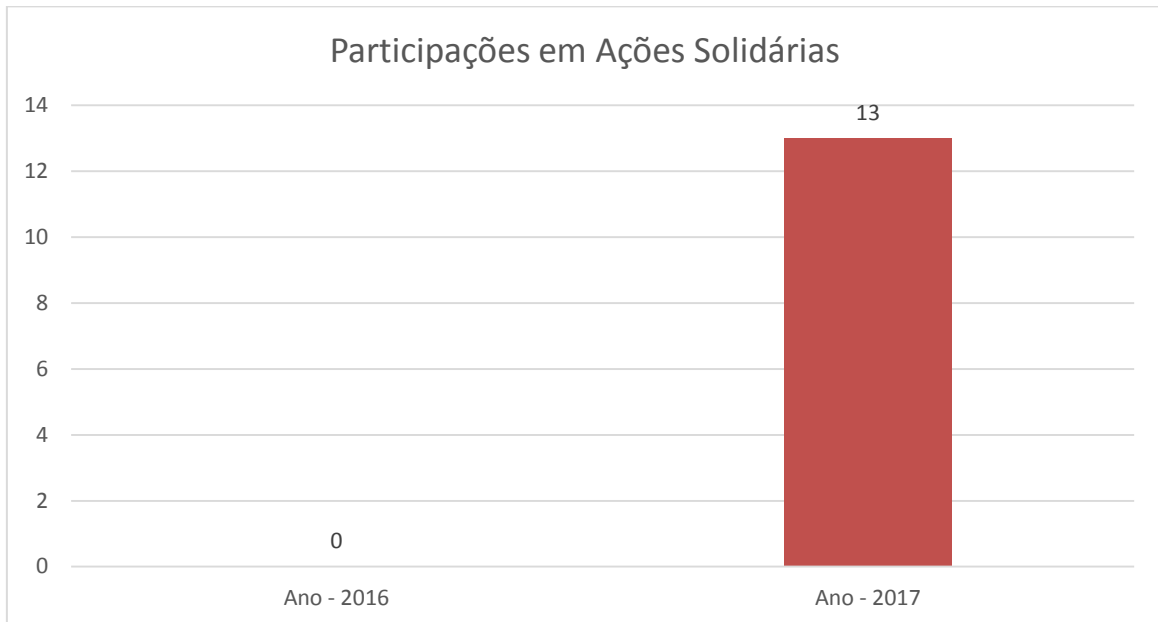
Houve um incremento na participação do corpo funcional na ordem de 69% em 2017, comparativamente ao ano de 2016, motivado por campanhas que estimularam a participação.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## Participação em Ações Solidárias

---



**Resultado:** Aumento de mais de 1000% em 2017, comparado ao ano de 2016.

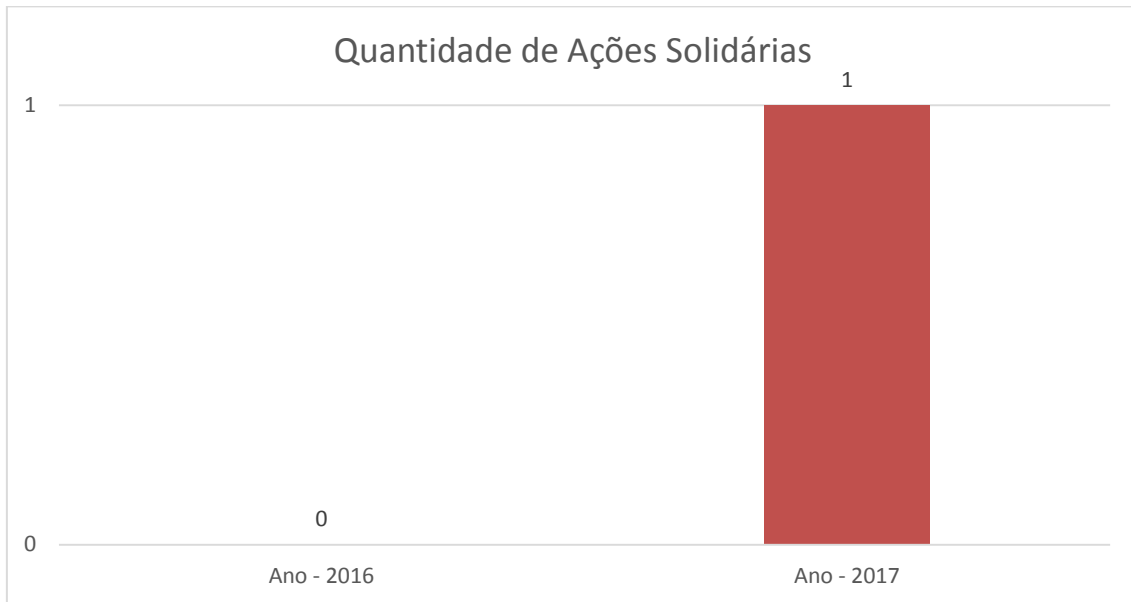
No ano de 2017, ocorreu uma expressiva participação do corpo funcional em ações solidárias, decorrente de campanhas de conscientização.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Quantidade de Ações Solidárias

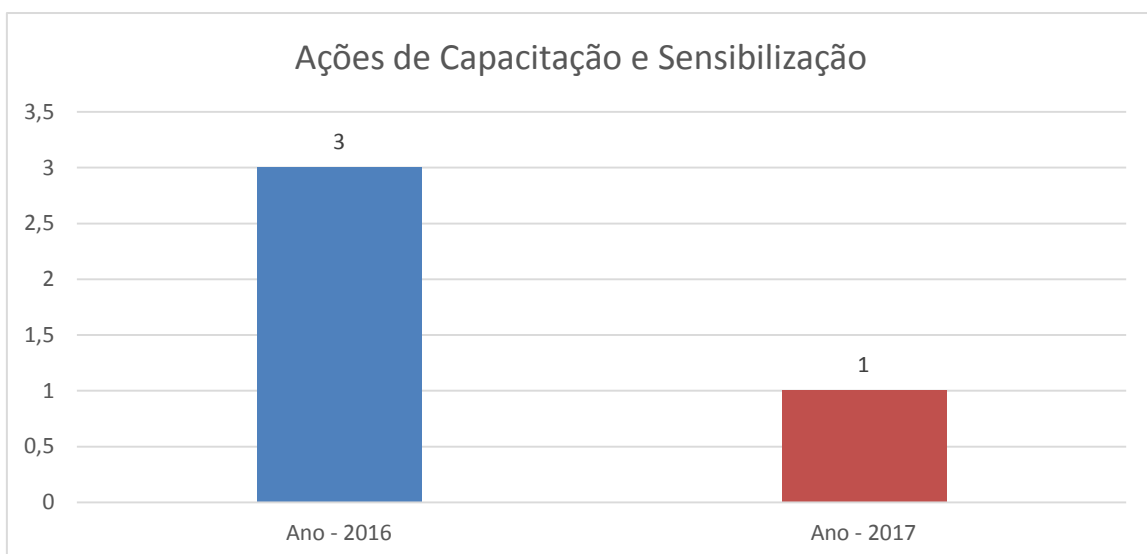
---



**Resultado:** Aumento de 100% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Quantidade de Ações de Capacitação e Sensibilização

---



**Resultado:** Redução de 66% em 2017, comparado ao ano de 2016.

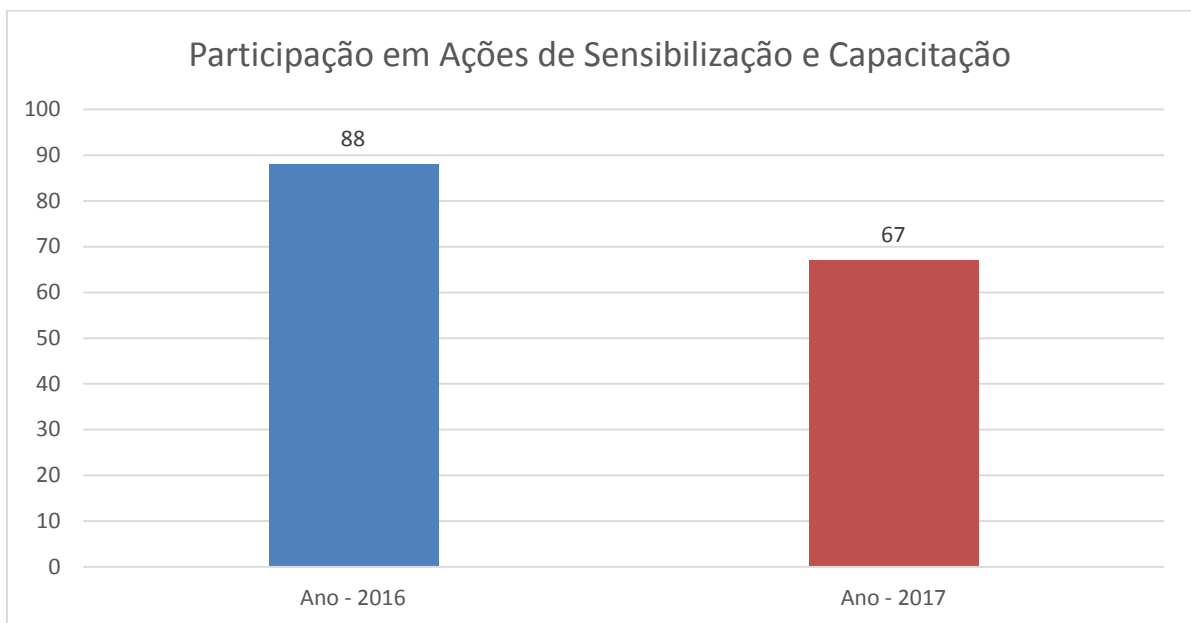


JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

A quase totalidade de ações previstas no PLSTRF2 serão implementadas a partir do ano de 2018.

### Participação em Ações de Sensibilização e Capacitação

---



**Resultado:** Redução de 23% em 2017, comparado ao ano de 2016.

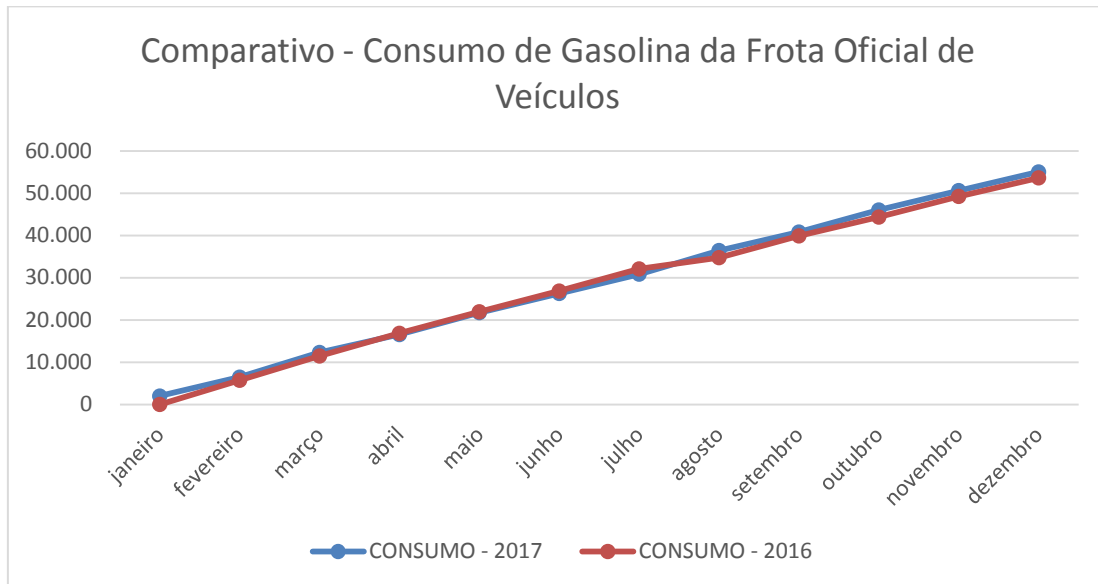
A redução do número de Ações de Sensibilização e Capacitação acarretou de forma direta a diminuição do número de participantes.





JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## Consumo de Gasolina



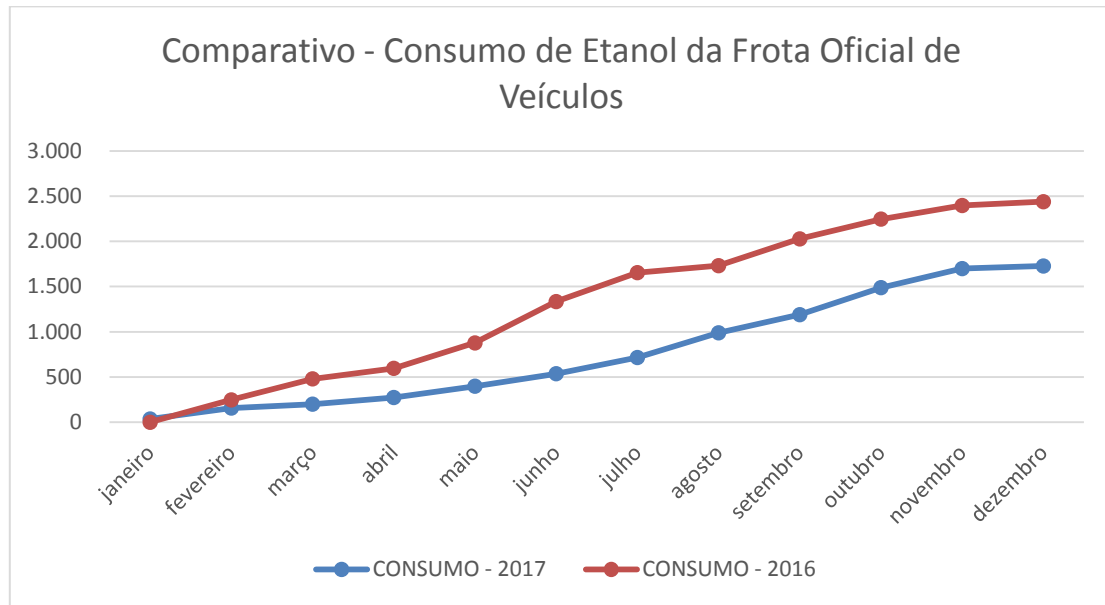
**Resultado:** Aumento de 2,6% em 2017, comparado ao ano de 2016.

O consumo de gasolina em 2017 praticamente permaneceu inalterado em relação ao de 2016, havendo uma variação mínima. Contudo, constata-se a necessidade de alteração do PLS/TRF2, visando a implantação de iniciativas que reduzam o consumo de gasolina, combustível fóssil sabidamente poluidor, ou, ainda, a substituição por etanol, combustível renovável e menos danoso ao ambiente.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## Consumo de Etanol

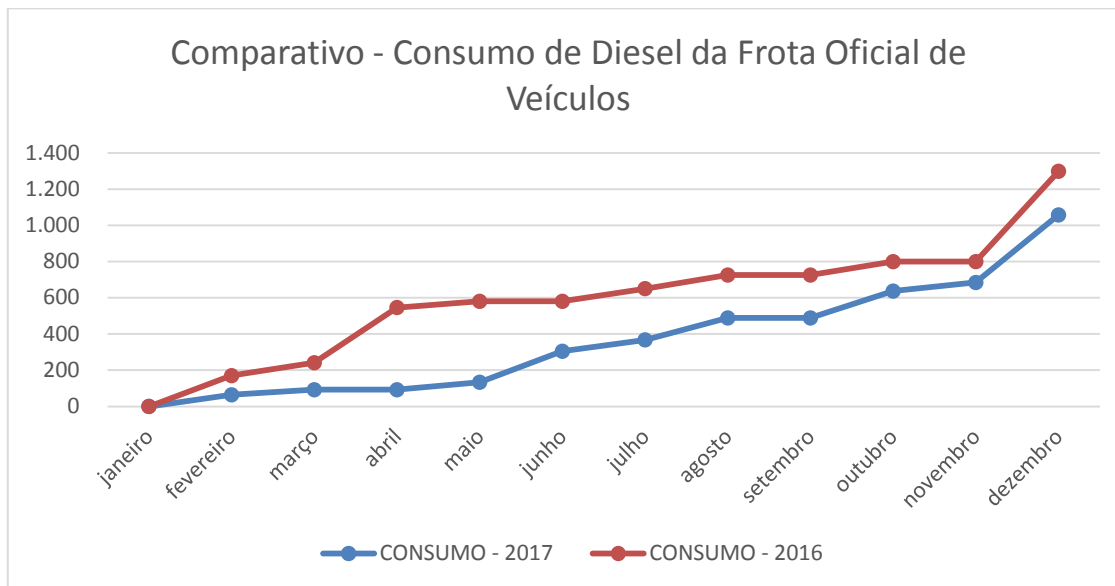


**Resultado:** Redução de 29,15% em 2017, comparado ao ano de 2016.

No caso do consumo de etanol, constata-se da leitura da tabela acima que houve uma redução do uso desse combustível em 2017, comparativamente ao consumo de 2016. Todavia, é consabido que o uso de etanol, quando indispensável o uso de veículos, deve ser priorizado em detrimento ao uso da gasolina. Neste sentido, esta informação será objeto de análise na revisão do PLS/TRF2 a ser feita no ano corrente.



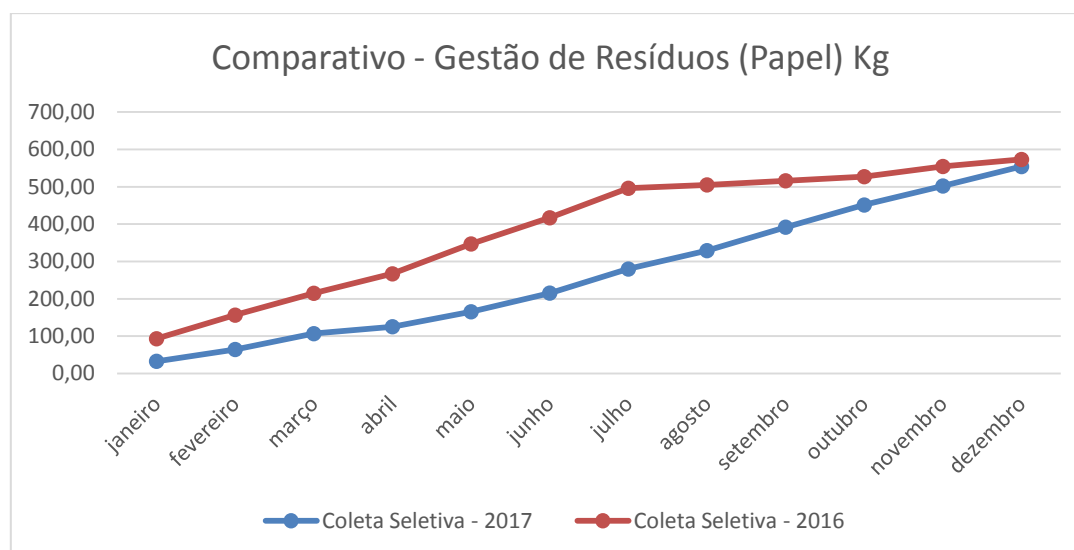
## Consumo de Diesel



**Resultado:** Redução de 18,57% em 2017, comparado ao ano de 2016.

As ações de uso consciente do combustível priorizou o uso de veículos cujo queima mostra-se com menor potencial de danos ao ambiente e, nesse sentido, logrou-se obter uma redução de 18,57% do consumo de diesel em 2017, comparativamente ao consumo registrado em 2016.

## Reciclagem de Papel





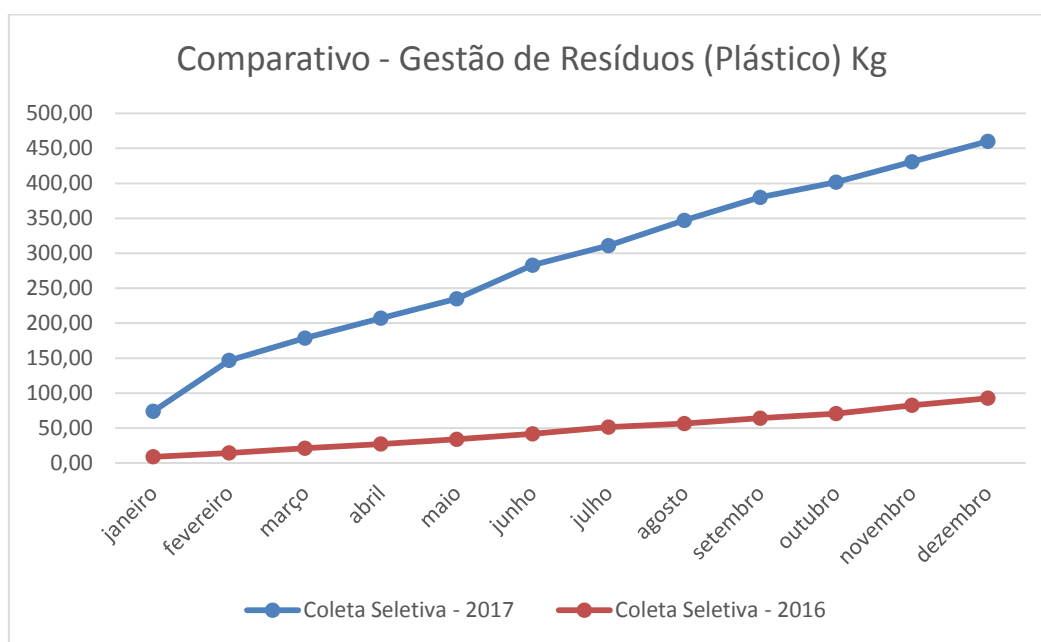
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**Resultado:** Redução de 3,30% em 2017, comparado ao ano de 2016.

A redução de 3,30% na reciclagem de papel derivou de uma intercorrência no Programa de Coleta Seletiva institucional, por conta de fatores logísticos e econômicos adversos à parceria que então estava em andamento, no que se refere à destinação de resíduos a entidade constituída por agentes urbanos de reciclagem de material (catadores). Porém, desde o exercício anterior, já estão em andamento tratativas junto a outras instituições públicas, visando à formação de um consórcio para tornar mais atrativas as condições para estabelecimento de uma nova parceria, nos moldes definidos pelo Decreto nº 5940/2006.

Ademais, importante frisar que nem todo o papel consumido requisitado para fins de utilização é descartado.

## Reciclagem de Plástico



**Resultado:** Aumento de 395,76% em 2017 comparado ao ano de 2016.

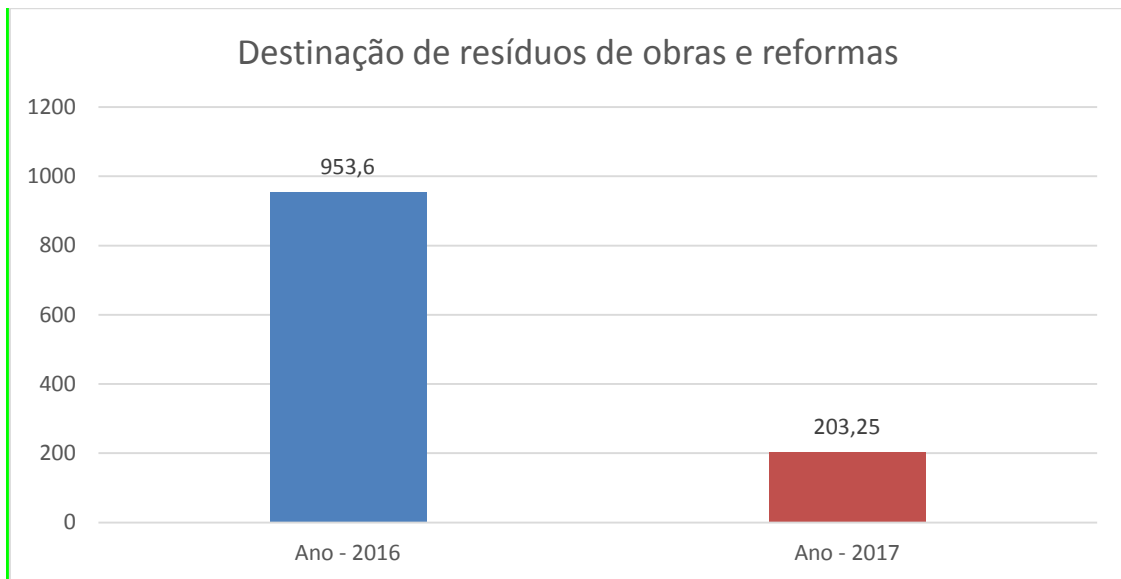
Em que pese os fatores adversos citados supra, o aumento da quantidade de resíduos plásticos gerados decorreu de um trabalho mais criterioso realizado pela Unidade Administrativa responsável pelo gerenciamento do descarte de resíduos, por meio de solução alternativa.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

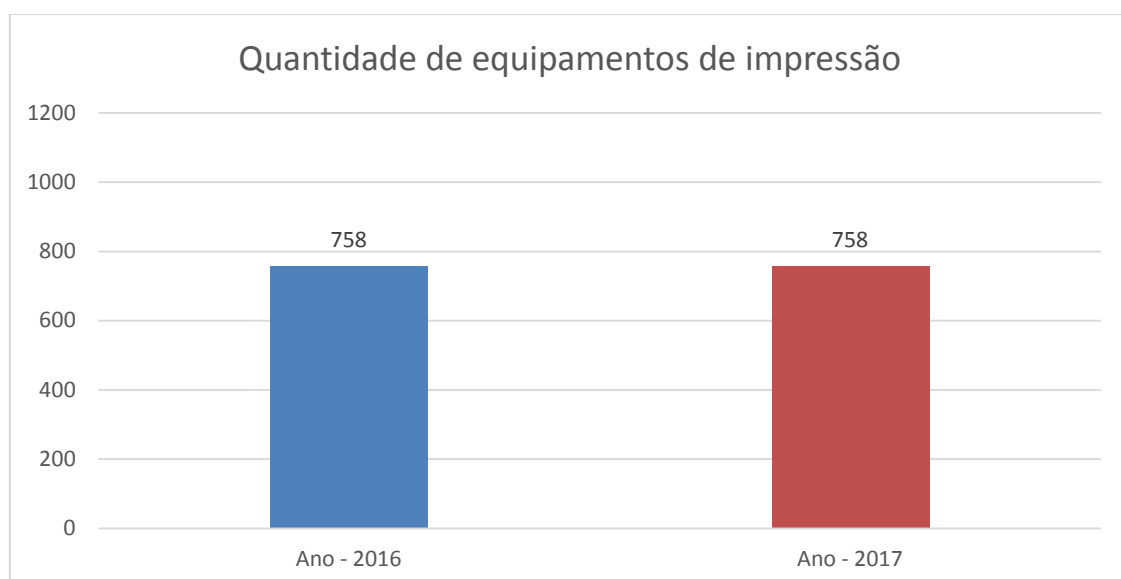
Abaixo segue a evolução de outros indicadores monitorados pela SEGESA:

### Destinação de Resíduos de Obras e Reformas



**Resultado:** Redução de 78% em 2017, comparado ao ano de 2016. Resultado diretamente ligado ao volume de contratações no exercício. **Observação:** Trata-se de valores decorrentes de resíduos resultantes de pequenas reformas realizadas por equipe residente.

### Quantidade de Equipamentos de Impressão

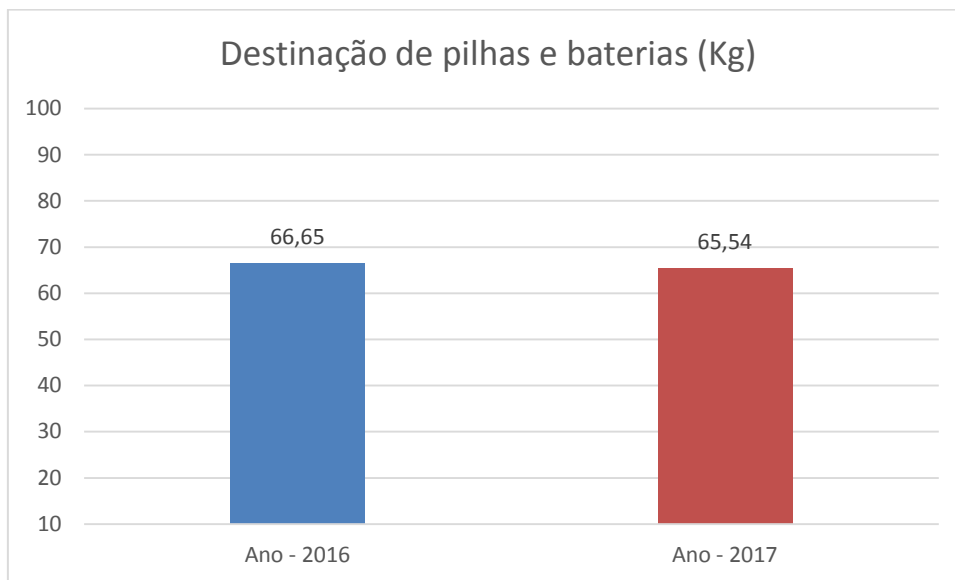




JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

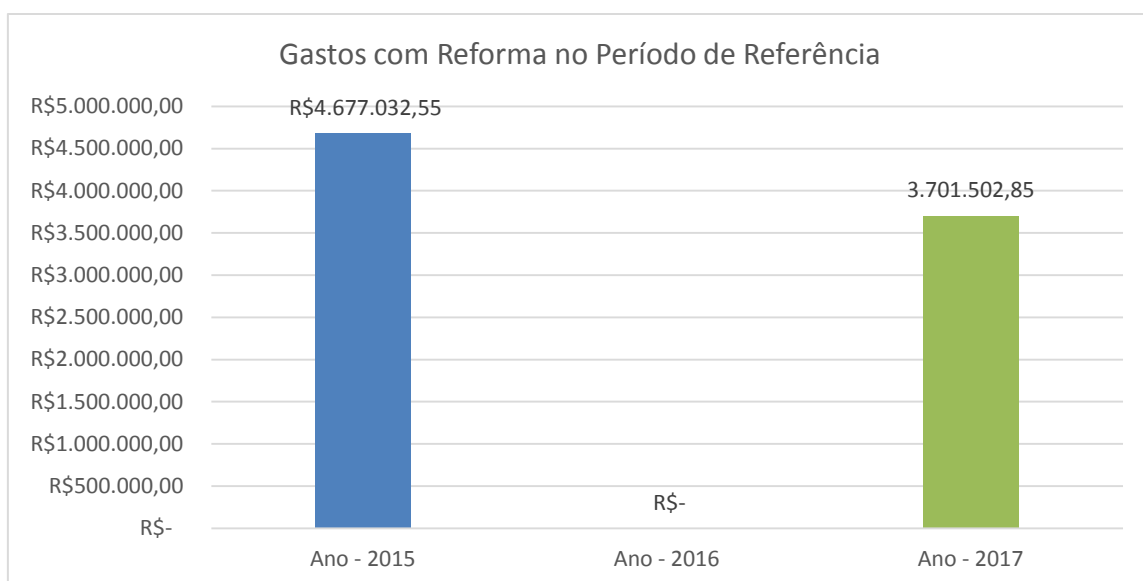
**Resultado:** Não houve variação em 2017

### Destinação de Pilhas e Baterias



**Resultado:** Redução de 1,67% em 2017, comparado ao ano de 2016.

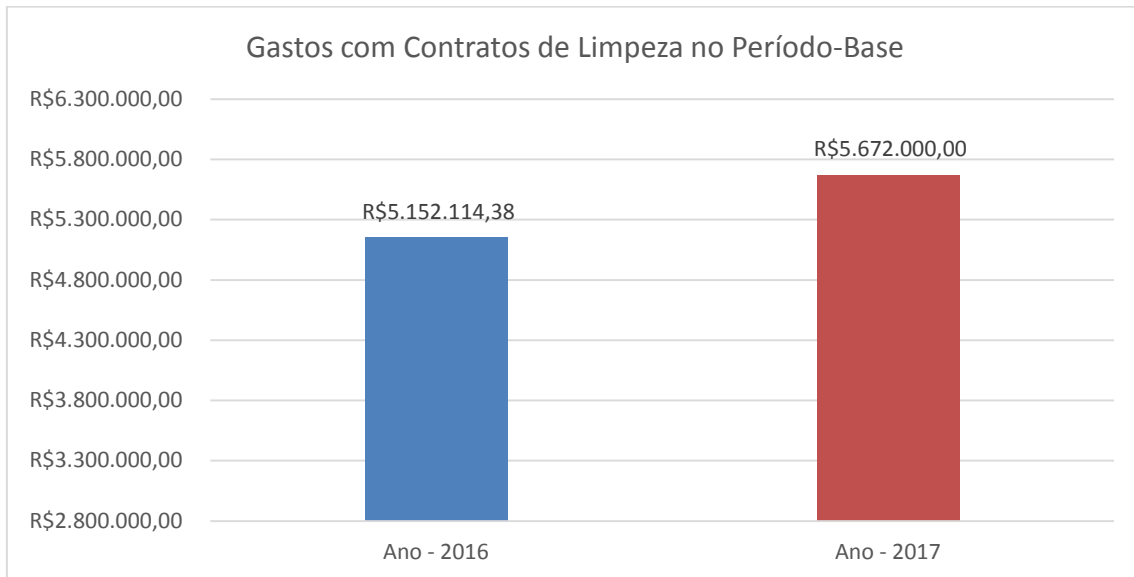
### Gastos com Reforma no Período de Referência



**Resultado:** Redução de 20,85% em 2017, comparado ao ano de 2015.

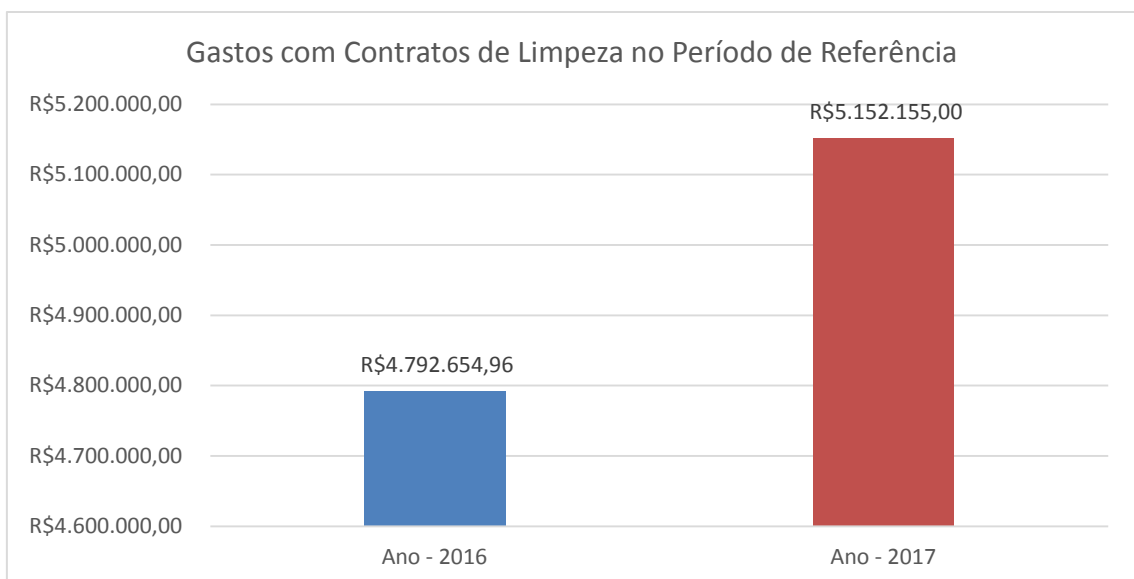


### Gastos com Contrato de Limpeza no Período-Base



**Resultado:** Aumento de 10% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Gastos com Contratos de Limpeza no Período de Referência

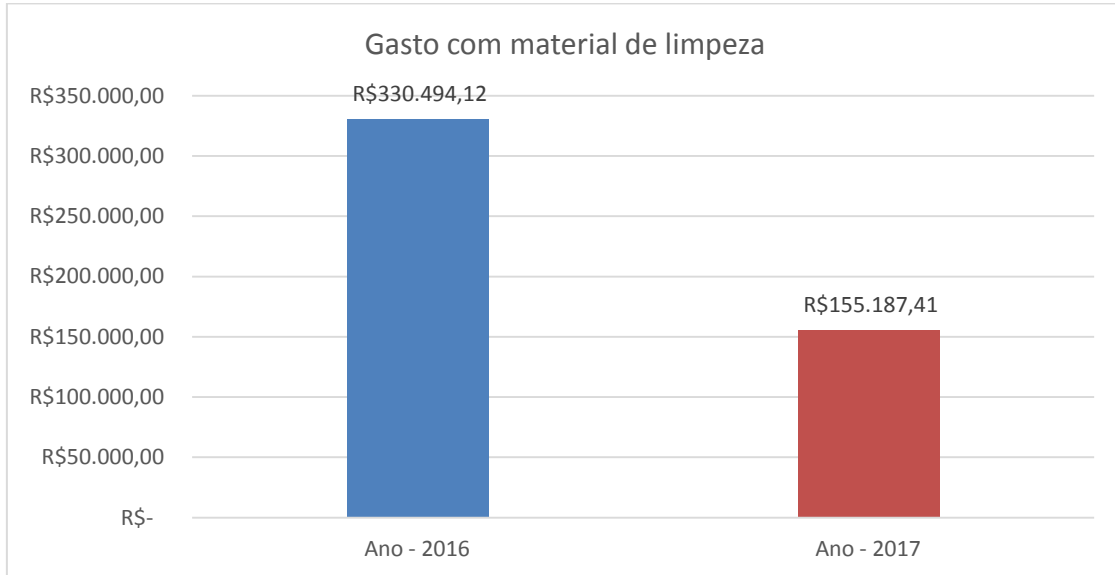


**Resultado:** Aumento de 7,5% em 2017, comparado ao ano de 2016.



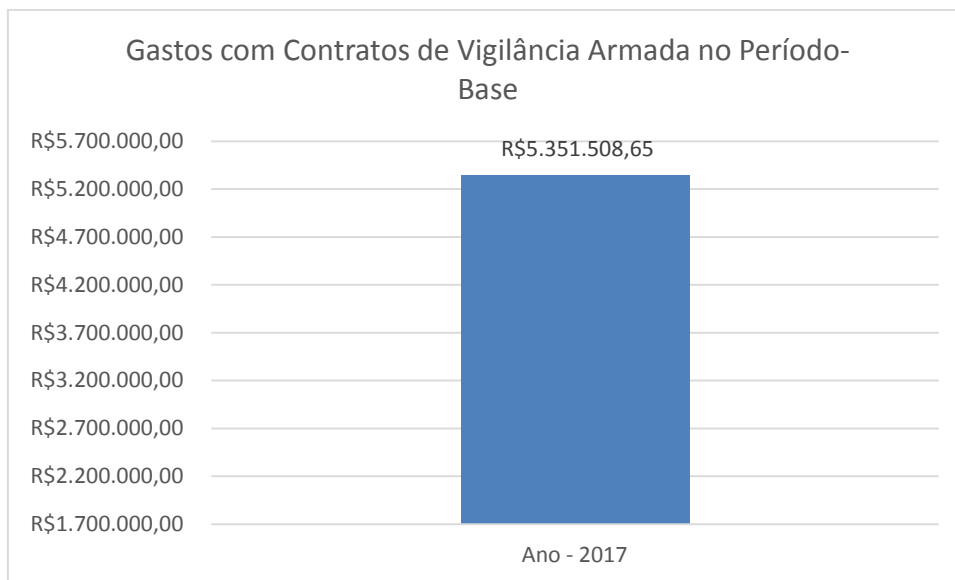
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Gastos com Material de Limpeza



**Resultado:** Redução de 53% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Gastos com Contrato de Vigilância Armada no Período-Base

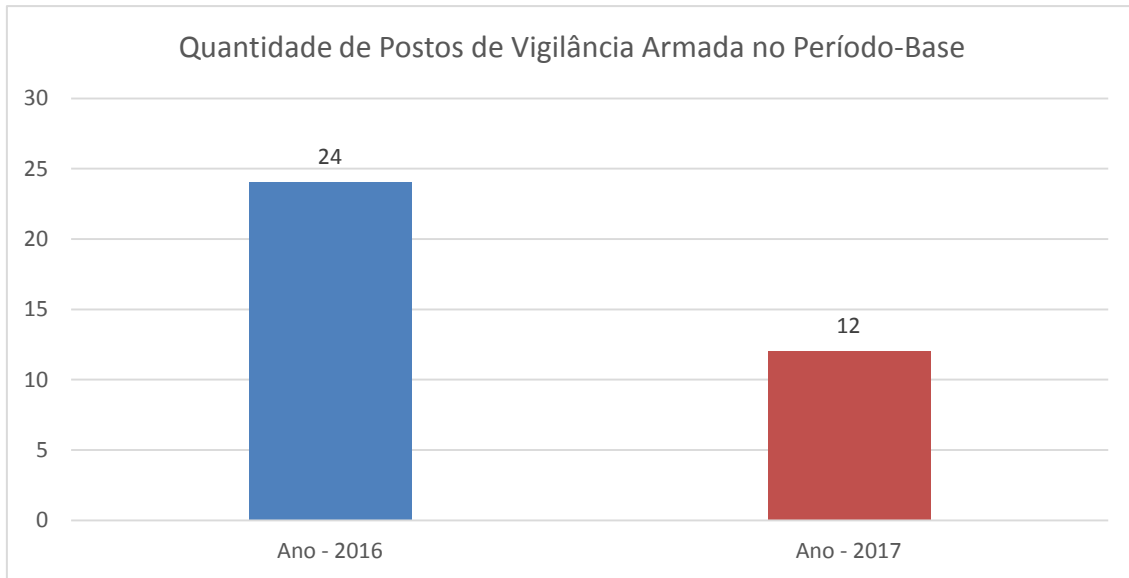






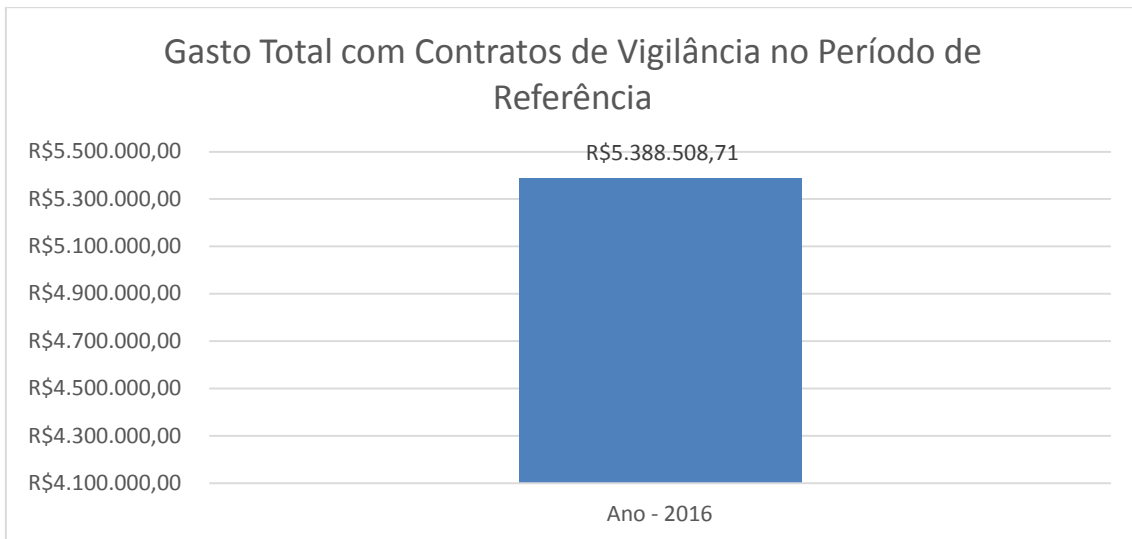
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Quantidade de Postos de Vigilância Armada no Período-Base



**Resultado:** Redução de 50% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Gasto Total com Contratos de Vigilância no Período de Referência

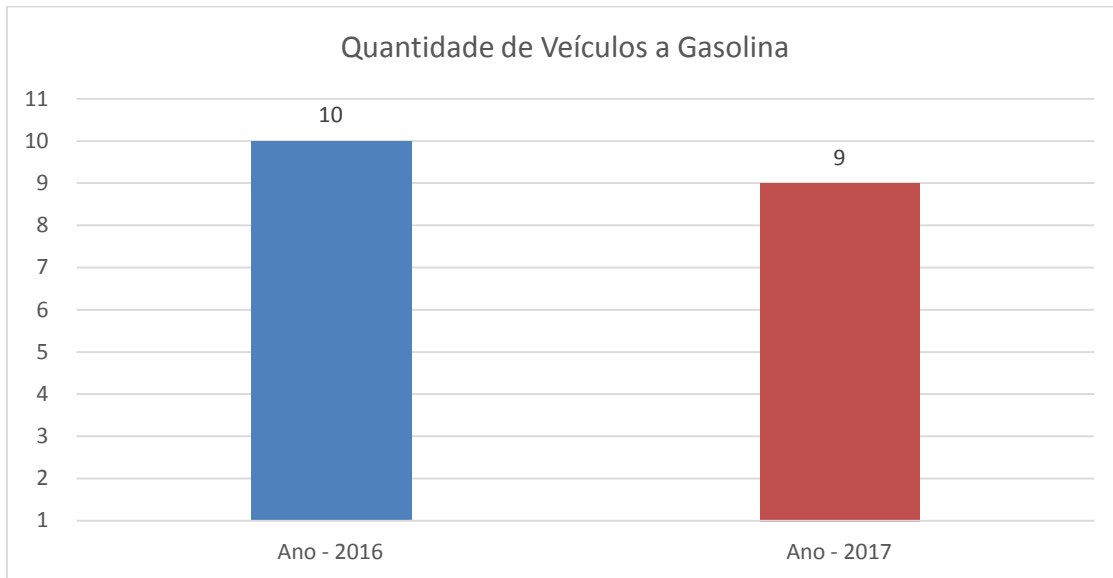




JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Quantidade de Veículos a Gasolina

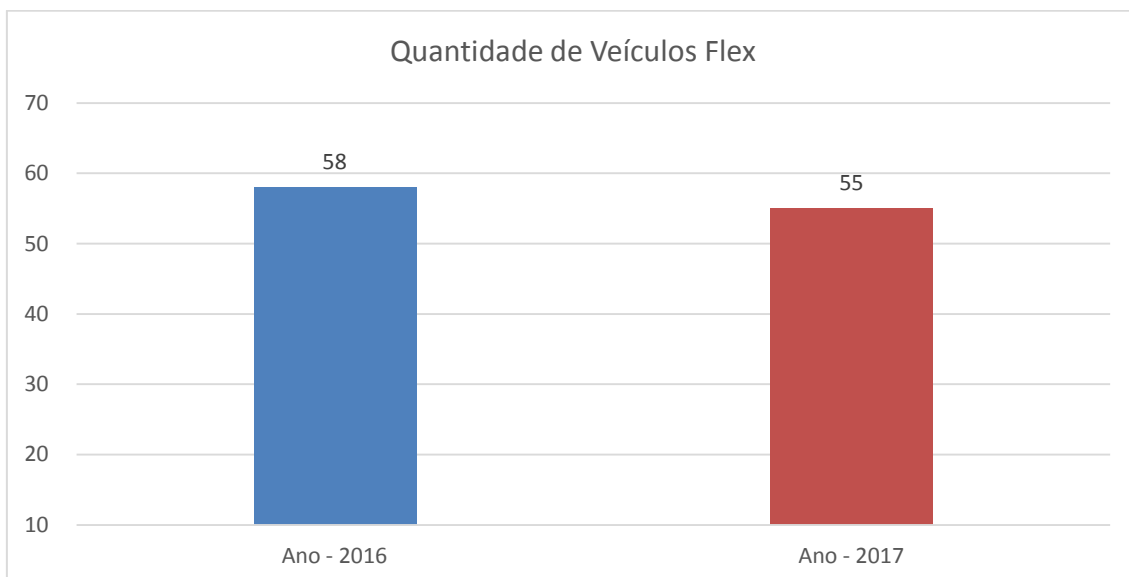
---



**Resultado:** Redução de 10% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Quantidade de Veículos Flex

---



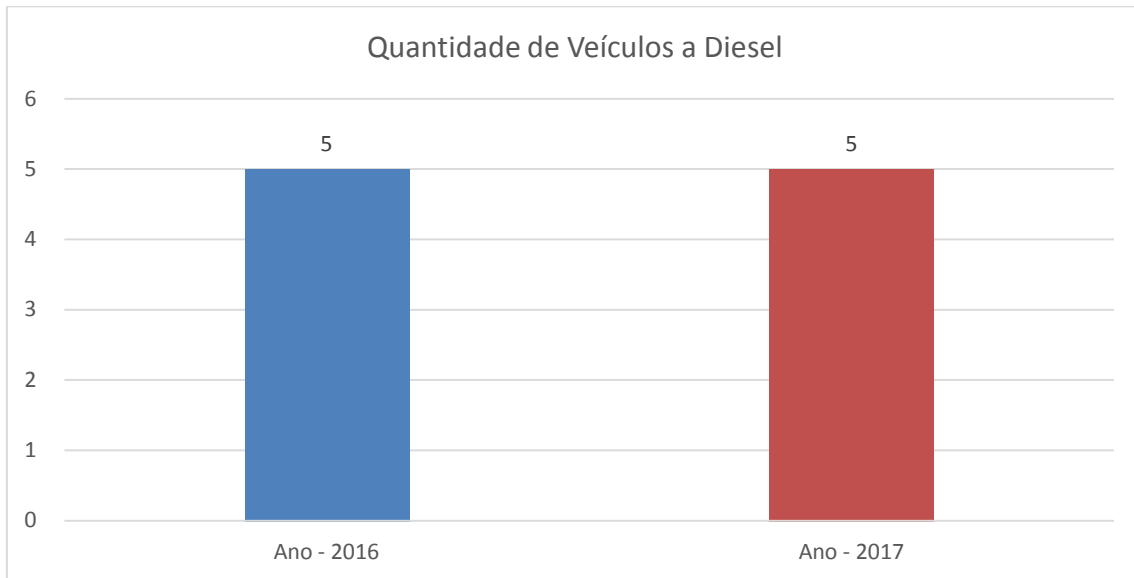
**Resultado:** Redução de 5% em 2017, comparado ao ano de 2016.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Quantidade de Veículos a Diesel

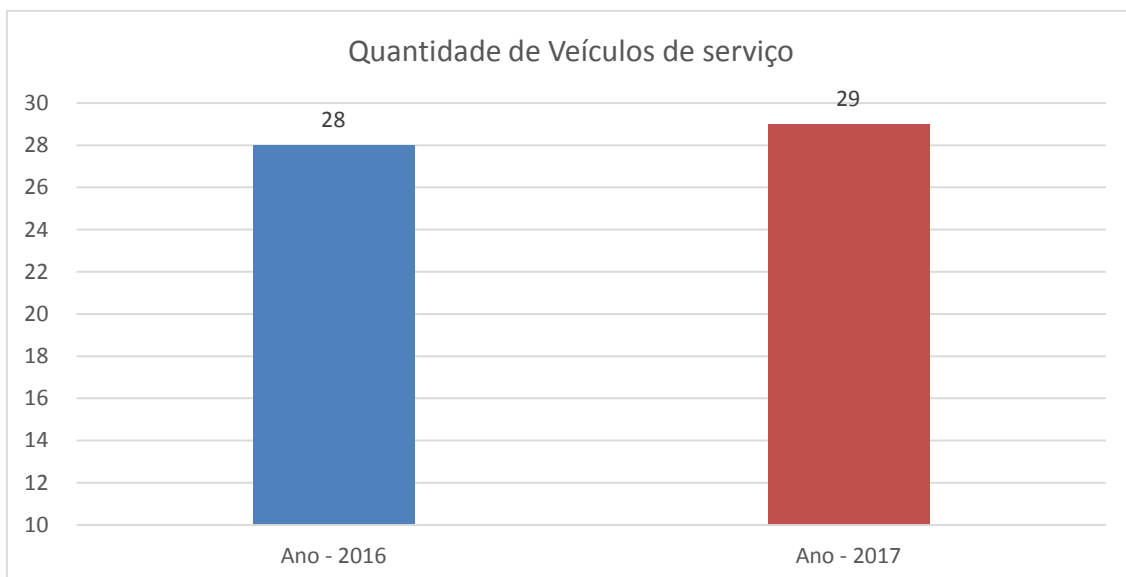
---



**Resultado:** Não houve variação em 2017

### Quantidade de Veículos de Serviço

---

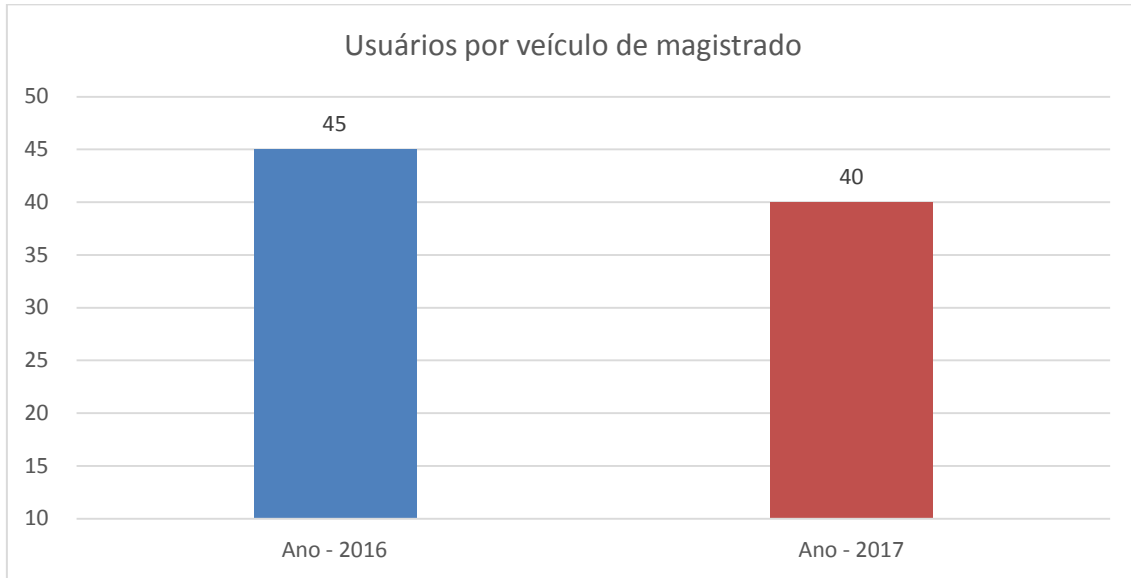


**Resultado:** Aumento de 3,5% em 2017, comparado ao ano de 2016.



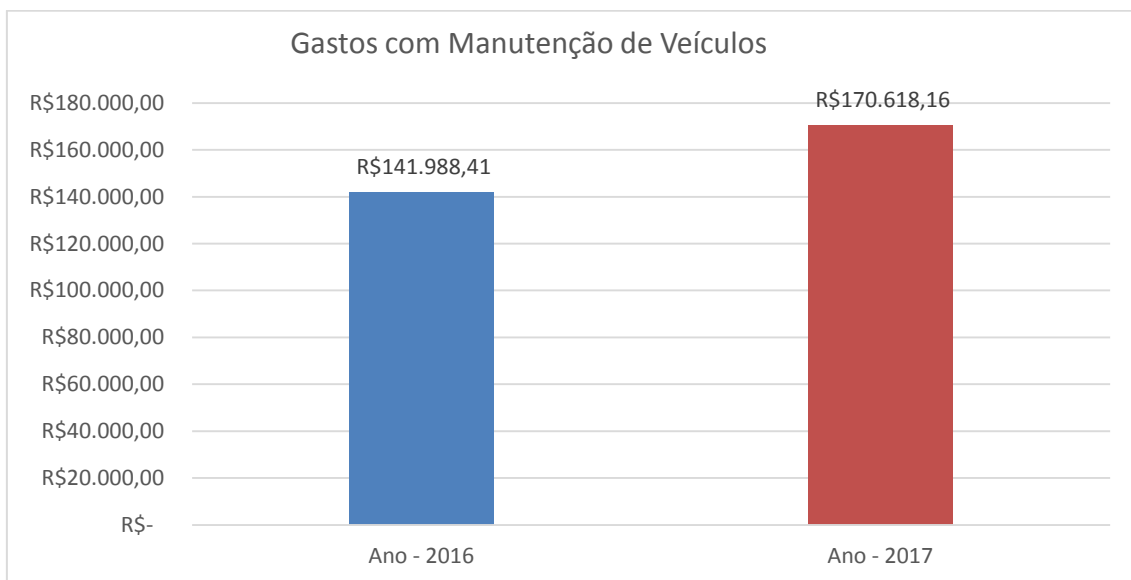
JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

### Usuários por Veículo de Magistrado



**Resultado:** Redução de 11% em 2017, comparado ao ano de 2016.

### Gastos com Manutenção de Veículo



**Resultado:** Aumento de 20% em 2017, comparado ao ano de 2016.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

O Plano de Logística Sustentável do TRF2 – PLSTRF2 foi aprovado por meio da Portaria nº TRF2-PTP-2016/00556, de 22/12/2016, havendo sido publicado no portal institucional, acessível no seguinte endereço:

<http://www10.trf2.jus.br/ai/wp-content/uploads/sites/3/2017/02/pls-plano-de-logistica-sustentavel-do-trf2-2016.pdf>

Como se tratava da primeira experiência prática da instituição com o novo instrumento de gestão, preconizado pela resolução supracitada, a Comissão Gestora priorizou a elaboração e edição do documento com celeridade, que veio a ser aprovado pela autoridade competente, tendo consciência da necessidade posterior de revisão e ajustes, aliás, hipótese já prevista na própria norma.

A partir da interpretação literal da norma, a Comissão Gestora do PLSTRF2 buscou estruturar o documento em estrita conformidade com o disposto no normativo (art. 14), a saber:

1. Diagnóstico Socioambiental
2. Inventário de Bens Sustentáveis
3. Planilha de Indicadores
4. Planos de Ação

Conforme acima citado, a estruturação do documento foi fruto da primeira experiência institucional com esse novo modelo de gestão, tendo sido adotada uma metodologia diferente da que se planeja adotar doravante, quando a Comissão Gestora do PLSTRF2 vier a se reunir para avaliar e revisar o documento vigente.

Nessa esteira, convém enfatizar que será adotada uma nova metodologia, a saber:

1. Avaliação de cada plano de ação inserido na primeira versão do PLSTRF2;
2. Deliberação sobre a necessidade de aditar, incluir ou excluir plano de ação;
3. Agrupar um ou um conjunto de planos de ação por cada objeto de gestão sustentável, conforme preconizado pela Resolução CNJ



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

nº 201/2015 (art. 16), definindo, para cada um, meta e indicador associado;

4. Não associação de meta e indicador por plano de ação, entendendo que este será instrumento para atingir a meta geral, por objeto de gestão sustentável, consoante o rol não exaustivo consubstanciado no art. 14, itens I a VIII.
5. Definição de um calendário mínimo, semestral, para reunião da Comissão Gestora do PLS, visando a avaliar a sua execução e, se for o caso, promover ajustes.

Em que pese o fato de ter sido vislumbrada a necessidade de revisão do PLSTRF2, bem como da metodologia de atribuição das metas, indicadores e seu monitoramento, o referido instrumento foi efetivamente monitorado pela Unidade Administrativa de Gestão Socioambiental (SEGESA), por meio das seguintes ferramentas:

1. Sistema de informação de uso interno, de coleta e gerenciamento de dados, baseado em Access, permitindo às unidades administrativas responsáveis por cada Plano de Ação alimentá-lo, a partir de cada ação concreta, que se constitua na evolução do plano de ação, bem como à unidade de gestão socioambiental para fins de monitoramento;
2. Desenvolvimento e publicação de ferramenta de monitoramento da evolução do PLSTRF2, publicada no portal institucional, acessível em:

<http://www10.trf2.jus.br/ai/wp-content/uploads/sites/3/2017/02/trf2-pls-monitoramento-de-execucao.pdf>

Relevante acrescentar que, não obstante os argumentos exteriorizados supra, houve efetiva evolução de alguns Planos de Ação integrantes do vigente PLSTRF2, cabendo ser destacados o seguintes:



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

PLANOS DE AÇÃO CONCLUÍDOS OU INICIADOS		
INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	STATUS
Campanha de divulgação de impressão frente/verso	Divulgar trimestralmente a importância da impressão frente/verso para a redução do consumo de papel ( <i>e-mail</i> e intranet)	CONCLUÍDA
Gerenciamento de resíduos contaminados.	Embalar, transportar, armazenar, pesar e descartar adequadamente os resíduos de serviços de saúde da DISAU, em cumprimento aos ditames da Resolução CONAMA nº 358/2005	25% REALIZADA
Inclusão de Pessoas com Deficiência – PCD no TRF 2ª Região	(a) Avaliação de candidatos a vagas destinadas a servidores qualificados como PCD, em fase pré-admissional: Realizar avaliação pericial da deficiência declarada pelo candidato para acesso à vaga destinada a PCD. Em caso de constatação da deficiência declarada e, ainda, de seu enquadramento legal para fazer jus à vaga, realizar levantamento de eventuais necessidades de adaptação e adequação das condições e do ambiente de trabalho. (b) Acompanhamento de servidores empossados em vaga destinada a PCD no TRF2. Realizar acompanhamento multiprofissional dos servidores empossados,	25% REALIZADA



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

	visando identificar eventuais necessidades de adaptação das condições e do ambiente de trabalho, contribuindo para a inclusão do servidor e para a melhor adaptação às atribuições do cargo.	
Semana do Meio Ambiente - Debate com Especialistas	Ação educacional presencial que integrará a Semana do Meio Ambiente, destinada à sensibilização, motivação e capacitação do corpo funcional e força de trabalho auxiliar do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania	<b>25% REALIZADA</b>
Capacitação de Gestores e Servidores na Elaboração e Monitoramento do Plano de Logística Sustentável	Ação educacional presencial destinada à capacitação dos servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região direta ou indiretamente envolvidos com a implementação do Plano de Logística Sustentável	<b>CONCLUÍDA</b>
Uso sustentável de copos descartáveis	Promover o uso consciente dos copos descartáveis no âmbito do TRF2, visando a reduzir em 30% o consumo.	<b>25% REALIZADA</b>
Consumo sustentável de Papel A4	Reduzir em 30% o consumo de papel com a implantação do EOF Digital	<b>CONCLUÍDA</b>





JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

<p>Descarte de resíduos orgânicos e de varrição</p>	<p>Aperfeiçoamento da coleta dos resíduos orgânicos e de varrição, com base no uso racional dos sacos de lixo, reaproveitando os mesmos, na medida do possível.</p>	<p><b>25% REALIZADA</b></p>
<p>Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o TRF2 (PGR/TRF2)</p>	<p>Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e riscos, no âmbito das unidades geradoras de resíduos de suas diversas atividades. O mesmo contempla aspectos referentes à segregação, coleta, manipulação, acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, bem como a disposição final dos resíduos sólidos</p>	<p><b>50% REALIZADA</b></p>
<p>Estudo para captação e aproveitamento de águas pluviais no prédio-sede do TRF2</p>	<p>Elaboração de avaliação das instalações do prédio sede do TRF2, com vistas à implantação de um sistema de captação e armazenamento de águas pluviais. Haverá, do mesmo modo, avaliação das possíveis alternativas para o aproveitamento desses recursos.</p>	<p><b>CONCLUÍDA</b></p>



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

<p>TELHADO VERDE NO PRÉDIO-SEDE DO TRF2: Estudo de viabilidade</p>	<p>Elaboração de estudo sobre a viabilidade da utilização das coberturas do prédio-sede do TRF2 como de telhado verde. Será necessário um mapeamento das áreas existentes pelos setores técnicos, em especial quanto ao aspecto estrutural, tendo em vista a sobrecarga que o telhado verde acrescentaria às lajes.</p>	<p><b>CONCLUÍDA</b></p>
<p>Diagnóstico da frota de veículos oficiais</p>	<p>Disponibilizar dados técnicos para embasar a proposição da troca de veículos que ainda não atendam a requisitos de redução na emissão de gases poluentes. Priorizar abastecimento com etanol e diminuir o uso de veículos a diesel e gasolina, objetivando a redução de emissão de gases poluentes.</p>	<p><b>CONCLUÍDA</b></p>
<p>Lavagem ecológica (ou sustentável) de veículos oficiais</p>	<p>Realizar a lavagem de veículos, otimizando a água disponível para realização da atividade e maximizar a economia de água e produtos de higienização veicular, objetivando reduzir cerca de 90% o consumo de água na lavagem de veículos oficiais.</p>	<p><b>CONCLUÍDA</b></p>
<p>Desligamento da iluminação dos andares de garagem</p>	<p>Avaliar possibilidade de desligar a iluminação das garagens, com instalação de sensores para não prejudicar os usuários. Redução no consumo de energia elétrica.</p>	<p><b>25% REALIZADA</b></p>



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Instalação de interruptores para desligamento da iluminação em áreas de ocupação eventual	Instalar interruptores nos locais de ocupação eventual (circulação, banheiros, depósitos etc).	<b>CONCLUÍDA</b>
Uso racional do sistema de iluminação	Reduzir quantidade de lâmpadas, estabelecendo padrão mínimo de iluminação por m <sup>2</sup> . Reduzir consumo de energia em 10% até 2020.	<b>25% REALIZADA</b>
Avaliação da qualidade do ar ambiente	Avaliar a qualidade do ar ambiente para medição do nível de CO <sub>2</sub> e de aerodispersóides (material particulado). Atendimento ao art. 5º, letra “a” da Portaria GM/MS Nº 3.523, de 28 de agosto de 1998 da ANVISA.	<b>25% REALIZADA</b>
Monitoramento de instalações hidráulicas	Realizar levantamento e monitoramento permanente da situação das instalações hidráulicas, visando a evitar desperdícios decorrentes de componentes defeituosos, reduzindo o consumo de água. (Sugerida pela Resolução CNJ 201/2015).	<b>25% REALIZADA</b>
Adaptação de Torneiras temporizadas e Rabichos com válvulas redutoras de pressão	Substituir todas as torneiras em uso nos banheiros e copas pelo tipo temporizada. Instalar nas torneiras e descargas rabichos com válvulas redutoras de pressão. Reduzir o consumo de água e evitar vazamentos provocados por pressão elevada.	<b>CONCLUÍDA</b>



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Estudo de viabilidade técnico-econômica para instalação de usina de geração de energia elétrica solar fotovoltaica	Estudo de viabilidade técnico-econômica, com previsão do tempo de retorno do investimento, para implementação do sistema de geração solar fotovoltaica. Caso seja vantajoso, transferir parte do consumo de energia elétrica, atualmente fornecida pela Light, para a geração própria sustentável	<b>CONCLUÍDA</b>
Expansão do serviço de videoconferência	Ampliar a quantidade de pontos de acesso ao serviço de videoconferência nas instalações do Tribunal, incluindo a disponibilização do serviço em estações de trabalho, reduzindo a necessidade de deslocamento de pessoal. A iniciativa também atende a normativo específico do CNJ sobre o tema	<b>25% REALIZADA</b>
Uso da fonte de impressão ecológica ecofont	Instalar <i>ecofont</i> em todas as estações de trabalho visando reduzir o consumo de cartucho e tonner	<b>25% REALIZADA</b>
Aquisição de microcomputadores sustentáveis	Prever, na aquisição de novos microcomputadores, a adoção de fontes de alimentação mais econômicas e a redução de material de embalagem.	<b>25% REALIZADA</b>



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Recolhimento de equipamentos ociosos	Identificar e recolher equipamentos que se encontram instalados nas diversas unidades administrativas e judiciárias, mas que se encontram ociosos, de forma que possam compor reserva técnica para redistribuição, reduzindo a demanda de aquisição, bem como o consumo de energia (impressoras ociosas, por exemplo).	<b>25% REALIZADA</b>
--------------------------------------	--	----------------------

Importante ressaltar, que após a aprovação do PLS/TRF2, alguns estudos realizados concluíram pela inviabilidade de algumas das iniciativas previstas, razão pela qual há a previsão da ocorrência de modificações no PLS/TRF2 já no primeiro quadrimestre do vigente exercício.

Todavia, em razão do caráter formal e da vinculação à norma, a citada modificação somente se consolidará após se reunir e deliberar a Comissão Gestora do Plano de Logística. Entre as ações cuja supressão já se tem previsibilidade, elencamos:

Iniciativa	justificativa
Lavagem ecológica (ou sustentável) de veículos oficiais	O custo orçado desaconselha a aquisição do equipamento para os próximos exercícios.
Estudo de viabilidade técnico-econômica para instalação de usina de geração de energia elétrica solar fotovoltaica	O estudo de viabilidade técnico-econômica, concluiu pela inviabilidade da aquisição da referida usina em virtude da relação custo-benefício ser momentaneamente desfavorável.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Recolhimento de equipamentos ociosos	Identificar e recolher equipamentos que se encontram instalados nas diversas unidades administrativas e judiciárias, mas que se encontram ociosos, de forma que possam compor reserva técnica para redistribuição, reduzindo a demanda de aquisição, bem como o consumo de energia (impressoras ociosas, por exemplo).
--------------------------------------	--

Na reunião da Comissão Gestora, será também discutido o aperfeiçoamento do PLS como um todo, tomando como base os resultados alcançados no ano de 2017.

Acrescenta-se, ainda, o fato de que tendo sido o PLS/TRF2 elaborado para um período de quatro anos 2017/2020, algumas de iniciativas ainda não foram iniciadas, conforme destacado abaixo:

INICIATIVA	JUSTIFICATIVA
Conscientização do descarte ecológico	Elaboração de materiais (físicos e eletrônicos) com a finalidade de conscientizar os usuários do TRF2 (internos e externos) da importância de se manter boas práticas para o auxílio da tarefa de coleta seletiva.
Engajamento no Programa de Coleta Seletiva	Elaboração de uma pesquisa, através de questionário elaborado pela SEGESA, com a finalidade de aferir a forma como o corpo funcional (servidores, magistrados e estagiários) e a força de trabalho auxiliar (funcionários terceirizados) descartam seus próprios resíduos.
Conscientização em Gestão Socioambiental	Ação educacional presencial destinada à sensibilização, motivação e conscientização do corpo funcional e força de trabalho auxiliar do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para a responsabilidade socioambiental e para a adoção de práticas sustentáveis, denotando o compromisso da instituição com o tema.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Gestão Socioambiental no Programa de Integração do Novo Servidor	Palestra Anual destinada à sensibilização, motivação e conscientização dos novos servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para a responsabilidade socioambiental, visando ao uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos.
Capacitação dos Instrutores Internos em Gestão Socioambiental	Ação educacional presencial destinada à capacitação dos facilitadores do Programa de Desenvolvimento Gerencial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sobre o tema “Sustentabilidade em suas Múltiplas Dimensões”, saindo do campo único da economia e envolvendo a sustentabilidade social, ambiental, cultural e ética.
Mostra de Práticas Inovadoras no Tribunal - Sustentabilidade	Ação educacional presencial destinada à divulgação de práticas sustentáveis bem sucedidas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, contribuindo para a sensibilização e motivação do corpo funcional de que a construção de um ambiente saudável se faz com pequenas mudanças de hábitos diários.
Conscientização em Gestão Socioambiental por meio de Ações Educacionais a Distância	Ação educacional na modalidade a distância destinada à sensibilização, motivação e capacitação dos servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Capacitação de Gestores e Servidores na Elaboração e Monitoramento do Plano de Logística Sustentável.	Elaboração e aplicação de <i>Quiz</i> destinado à pesquisa do grau de maturidade institucional sobre a Sustentabilidade na Instituição, a ser realizado junto aos magistrados e servidores.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Política de Comunicação de Ações Sustentáveis e Informações Socioambientais de interesse geral	Propor a instituição de grupo de trabalho para definir minuta de normativo de instituição da política.
Estímulo ao descarte ecologicamente correto de papel	Aperfeiçoar a coleta seletiva do papel, para seu descarte ecologicamente correto visando ao melhor aproveitamento desse material para reuso como bloco de rascunho ou, quando não viável, descarte ecologicamente correto, mediante: 1) Alocação de caixas coletoras de papel usado junto ou sob as estações de trabalho dos servidores, para posterior recolhimento periódico por funcionários terceirizados responsáveis pela execução da coleta seletiva; 2) reaproveitamento de caixas utilizadas como embalagens, a serem fornecidas pelos setores que recebem materiais de consumo e permanente, em especial o Almoxarifado e o Setor de TIC.

Se considerado o conjunto total de ações já executadas e por executar, pode-se afirmar que o nível de execução das ações previstas no PLS/TRF2 tem hoje a seguinte configuração:





JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

## GRÁFICO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLS EM 2017



### Conclusão

Os dados coletados e alusivos ao primeiro ano de implementação do PLS/TRF2 demonstram, de modo indubitável, que a implantação do Plano de Logística Sustentável institucional possibilitou, de modo efetivo, a construção de um caminho eficiente e eficaz rumo ao uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, além do combate ao desperdício e a promoção de uma cultura de consumo consciente de materiais.

Sendo o exercício de 2017 o primeiro ano de implantação do PLS/TRF2, ajustes serão necessários para o seu aprimoramento. Contudo, os resultados alcançados até aqui espelham o comprometimento e empenho das áreas operacionais e da Alta Administração do Tribunal, por meio de ações concretas para a promoção da responsabilidade socioambiental e contribuir para a construção de um mundo mais sustentável.